

Concurso Público para provimento de cargos e formação de Cadastro Reserva

**Analista Judiciário – Área Administrativa
Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O diálogo construtivo é a base para a resolução de conflitos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 4.

Zé de Julião, muito além do cangaço

*Em 1977 estava em Sergipe para realizar um episódio do **Globo Repórter**; adentrei os sertões e cheguei a Poço Redondo. A pequenez da cidade contrastava com a riqueza cultural e a hospitalidade dos seus moradores. A alegria do encontro com sua gente guardava outras surpresas. Poço Redondo é o epicentro simbólico da história do cangaço. Aí morreram Lampião e Maria Bonita, e muitos outros. Aí conheci o escritor e historiador de sua gente, meu saudoso amigo Alcino Alves Costa. E foi dele que ouvi oralmente a história de Zé de Julião.*

Nesse momento, o cangaço deixou de ser um coletivo para mim e passei a ver nele a dimensão dos seus integrantes como pessoas reais em suas individualidades, grandezas e misérias. Foi aí também que nos prometemos, eu e Alcino, a realizar um filme sobre a extraordinária vida daquele homem, que de alguma forma une os dois grandes símbolos da cultura brasileira: o cangaço e Brasília. O cangaço, representativo da insubmissão violenta à opressão, e Brasília, esse marco da grande utopia de uma nação democrática, justa para todos, e pela qual continuamos a lutar.

Aconteceu; e não foi só um filme, são dois. Em 2012, realizei o ficção “Aos ventos que virão”. Hoje entrego ao povo sergipano o “Zé de Julião, muito além do cangaço”, documentário que busca contar a vida desse homem de caminhos com tantas alegrias, tragédias e símbolos.

(Adaptado de: PENNA, Hermano. Disponível em: <http://expressaosergipana.com.br>)

1. A partir da leitura do texto, conclui-se corretamente que
 - (A) “Aos ventos que virão” e “Zé de Julião, muito além do cangaço” são documentários produzidos por Hermano Penna, com o auxílio de Alcino Alves Costa, visando preservar a memória dos cangaceiros que passaram por Poço Redondo em seu trajeto rumo a Brasília.
 - (B) a hospitalidade dos moradores de Poço Redondo fez com que Hermano Penna se interessasse pela história do local, que guarda uma série de registros de cangaceiros e políticos chegados de Brasília para acalentar o sonho de prosperidade na capital do país.
 - (C) os filmes de Hermano Penna são fruto de um encontro feliz com o povo de Poço Redondo, que lhe permitiu focar o cangaço não como um fenômeno coletivo simplesmente, mas como um movimento composto por seres complexos e com histórias individuais.
 - (D) Hermano Penna chegou a Poço Redondo com o propósito de realizar um documentário sobre Lampião e Maria Bonita, mas, por meio do relato oral de seu amigo Alcino Alves Costa, descobriu que lá havia um cangaceiro mais célebre, chamado Zé de Julião.
 - (E) o material colhido por Hermano Penna acerca do cangaço em Poço Redondo foi tão vasto que o diretor decidiu distribuí-lo em dois filmes: “Aos ventos que virão” e “Zé de Julião, muito além do cangaço”, sendo este último continuação direta do primeiro.

2. Um segmento do texto encontra seu sentido expresso em outros termos em:

- (A) *extraordinária vida daquele homem* (2º parágrafo) / excepcional existência daquele indivíduo
- (B) *dois grandes símbolos da cultura* (2º parágrafo) / dois principais pilares da nação
- (C) *insubmissão violenta à opressão* (2º parágrafo) / insubordinação determinante à hierarquia
- (D) *utopia de uma nação democrática* (2º parágrafo) / ideal de um estado revolucionário
- (E) *epicentro simbólico da história* (1º parágrafo) / convergência analógica da narrativa

3. *Aí conheci o escritor e historiador de sua gente, meu saudoso amigo Alcino Alves Costa. E foi dele que ouvi oralmente a história de Zé de Julião.* (1º parágrafo)

Considerando-se a norma-padrão da língua, ao reescrever-se o trecho acima em um único período, o segmento destacado deverá ser antecedido de vírgula e substituído por

- (A) perante ao qual
- (B) de cujo
- (C) o qual
- (D) frente à quem
- (E) de quem



4. Estabelece relação de finalidade, no contexto, o vocábulo sublinhado em:
- (A) *a dimensão dos seus integrantes **como** pessoas reais* (2º parágrafo).
 - (B) *E foi dele **que** ouvi oralmente a história de Zé de Julião* (1º parágrafo).
 - (C) *o cangaço deixou de ser um coletivo para mim **e** passei a ver nele* (2º parágrafo).
 - (D) *Em 1977 estava em Sergipe **para** realizar um episódio* (1º parágrafo).
 - (E) *um filme **sobre** a extraordinária vida daquele homem* (2º parágrafo).
-
5. Está escrita em conformidade com a norma-padrão da língua a frase:
- (A) Os caminhos de Zé de Julião, com alegrias, tragédias e símbolos, há de ser perpetuados nos dois filmes de Hermano Penna.
 - (B) Conforme as histórias de que o povo conta, os caminhos de Zé de Julião comporam-se de alegrias, tragédias e símbolos.
 - (C) Segundo depoimento do cineasta Hermano Penna, alegrias, tragédias e símbolos é que marcaram os caminhos de Zé de Julião.
 - (D) Fez-se de alegrias, tragédias e símbolos os caminhos de Zé de Julião, os quais se mantêm vivos na memória de Poço Redondo.
 - (E) Os filmes de Hermano Penna deteram-se nos relatos sobre Zé de Julião, cujos caminhos se pintam de alegrias, tragédias e símbolos.
-

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 6 e 7.

Em junho de 2013, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbábue, afirmou durante uma entrevista: “Nelson Mandela é santificado demais. Foi bom demais com os brancos à custa dos negros em seu próprio país”. Alguns concordaram, outros protestaram. Até certo ponto acredito que ele tenha levantado uma questão. Suas atitudes podiam ser percebidas dessa maneira. Ainda assim, em uma conversa com Richard Stengel, o próprio Madiba havia dito, muito tempo antes: “As pessoas sentirão que vejo demais o bem nas pessoas. Então, é uma crítica que tenho de suportar e à qual tento me ajustar, pois, seja isso verdade ou não, é algo que penso ser proveitoso. É uma coisa boa de assumir, agir com base no fato de que... os outros são homens de integridade e honra... porque você tende a atrair integridade e honra, se é dessa maneira que olha para aqueles com quem trabalha”.*

*um dos nomes pelos quais Nelson Mandela era chamado; refere-se a seu clã e denota afeto e respeito.

(Adaptado de: LA GRANGE, Zelda. **Bom dia, Sr. Mandela**. Trad. Felipe José Lindoso. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2015, p. 9)

6. Na opinião do Presidente Robert Mugabe, a santidade de Nelson Mandela
- (A) favoreceu os brancos e acabou trazendo consequências negativas aos negros.
 - (B) resultou em uma solução mais ágil e eficaz dos problemas relativos aos negros.
 - (C) serviu de inspiração para que os negros buscassem o diálogo com os brancos.
 - (D) permitiu que os negros tivessem acesso a condições de trabalho mais dignas.
 - (E) desencadeou uma revolução que libertou os negros da opressão pelos brancos.
-

7. ... o próprio Madiba havia dito, muito tempo antes...

A expressão destacada está corretamente substituída, preservando-se o tempo, o modo e o aspecto verbais, por

- (A) disse.
 - (B) dissera.
 - (C) dizia.
 - (D) diria.
 - (E) dissesse.
-

8. A frase redigida com clareza e conforme a norma-padrão da língua é
- (A) Partindo-se do pressuposto que o comportamento das demais pessoas com relação à nós mesmos, seja um reflexo de nossa postura para com elas, é válido devotá-las o melhor tratamento possível.
 - (B) Empenhar-se em reconhecer nas pessoas o que elas têm de melhor foi um dos mais valiosos ensinamentos que Mandela deixou àqueles que desejam ter um convívio pacífico com os demais.
 - (C) Uma vez que nossas ações se pautem, por integridade e honra, passamos à reivindicar que nos seja atribuído o mesmo tratamento; ainda que uma das consequências seja a frustração de não recebe-lo.
 - (D) Mandela reconheceu que poderia ser criticado devido à uma visão demasiada positiva das outras pessoas; mesmo consciente que ao assim fazê-lo, preservasse a coerência entre seus ideais e ações.
 - (E) Uma atitude contemporalizadora pode ser equivocadamente interpretada como exemplo de fraqueza, à medida que o comportamento combativo tem sido preconizado à obter resultados mais imediatos.
-



Atenção: Leia os versos abaixo para responder à questão de número 9.

O Gênio da Humanidade

<i>Sou eu quem assiste às lutas,</i>	<i>Ergo o braço, aceno aos ares,</i>
<i>Que dentro d'alma se dão,</i>	<i>E o céu se azulando vai;</i>
<i>Quem sonda todas as grutas</i>	<i>Estendo a mão sobre os mares,</i>
<i>Profundas do coração:</i>	<i>E os mares dizem: passai!...</i>
<i>Quis ver dos céus o segredo;</i>	<i>Satisfazendo ao anelo</i>
<i>Rebelde, sobre um rochedo</i>	<i>Do bom, do grande e do belo,</i>
<i>Cravado, fui Prometeu;</i>	<i>Todas as formas tomei:</i>
<i>Tive sede do infinito,</i>	<i>Com Homero fui poeta,</i>
<i>Gênio, feliz ou maldito,</i>	<i>Com Isaías profeta,</i>
<i>A Humanidade sou eu.</i>	<i>Com Alexandre fui rei.</i>
	<i>(...)</i>

(BARRETO, Tobias. Disponível em: www.escritas.org)

9. Considere as seguintes afirmações a respeito dos versos:

- I. O poema destaca, num tom grandiloquente, a forma totalizante como o homem expandiu seus domínios.
- II. Ênfase é dada ao espírito materialista do homem, cuja ambição desmedida é a causa da destruição da natureza.
- III. A citação de Homero, Isaías e Alexandre se dá em uma gradação que vai do menos ao mais importante, reproduzindo textualmente a evolução das habilidades humanas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

10. A frase escrita de acordo com a norma-padrão da língua está em:

- (A) Tobias Barreto em 1864, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, aonde foi uma das figuras mais importantes do movimento intelectual conhecido como a Escola do Recife, tendo formado-se em 1869.
- (B) Tobias Barreto de Meneses nasceu em Campos, Sergipe, em 1839, filho de Pedro Barreto de Meneses, um dos escrivões de órfãos e ausentes da localidade e Emerenciana de Meneses, morrendo no Recife, com cinquenta anos de idade.
- (C) Entre 1854 e 1865, Tobias Barreto pôs-se à trabalhar como professor particular de diversas matérias; prestou concurso para a cadeira de latim do Ginásio Pernambucano, no Recife, conquanto não conseguiu ser nomeado.
- (D) Em 1861, Tobias Barreto viajou a Bahia afim de seguir a carreira eclesiástica; não suportando, porém sua rígida disciplina e sem vocação firme, abandonou o seminário; tempos depois, mudou-se para Pernambuco.
- (E) Em 1851, Tobias Barreto foi levado à cidade de Estância para aprender latim; dedicou-se tanto aos estudos e teve tão bom desempenho que, em 1857, foi designado para a cadeira de latim da vila de Itabaiana.

Noções de Informática

11. Um Analista realizou a seguinte sequência de comandos em um navegador *web* em sua versão em português:

- clicou no botão Ferramentas e em Opções da Internet
- na guia Geral, em Home page, digitou <http://www.trt20.jus.br/>
- clicou em Aplicar e OK

O Analista

- (A) estava utilizando o Google Chrome e incluindo a *home page* digitada nos Favoritos.
- (B) estava utilizando o Mozilla Firefox e marcando a *home page* digitada como página confiável.
- (C) terá a *home page* digitada carregada automaticamente nas próximas vezes que abrir o navegador.
- (D) estava utilizando o Internet Explorer 11 e liberando a *home page* digitada da verificação do antivírus.
- (E) fará a *home page* digitada bloquear *cookies* automaticamente na próxima vez que abrir o navegador.



12. Considere as duas situações em que a proteção e a segurança da informação foram violadas:
- I. O número do CPF de um trabalhador foi alterado, deixando seu CPF inválido.
 - II. Um dado sigiloso de uma causa trabalhista foi acessado por uma pessoa não autorizada.

Nas situações I e II ocorreram, respectivamente, violação da

- (A) autenticação e da autorização das informações.
 - (B) confidencialidade e da integridade das informações.
 - (C) confidencialidade e da disponibilidade das informações.
 - (D) identificação e da autorização das informações.
 - (E) integridade e da confidencialidade das informações.
13. Um Analista deseja definir como padrão uma das impressoras disponíveis. Seu computador tem o sistema operacional Windows 7 em português instalado. Ele deve clicar no botão *Iniciar*, em *Painel de Controle* (configurado para o modo de exibição por ícones) e
- (A) em *Hardware e Sons*, clicar em *Dispositivos e Impressoras*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão direito do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (B) clicar em *Impressoras e Dispositivos*. Na janela que se abre clicar em *Adicionar Impressora*, localizar a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (C) clicar em *Dispositivos de Hardware*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão esquerdo do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (D) clicar em *Adicionar Impressora*. Na janela que se abre, localizar a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (E) em *Hardware e Sons*, clicar em *Adicionar Dispositivo*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão esquerdo do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.

14. Considere a planilha abaixo editada no Microsoft Excel 2007 em português.

	A	B
1	Percentual gasto com Recursos Humanos por tipo de Justiça	
2	Poder Judiciário	89,50%
3	Tribunais Superiores	83,80%
4	Justiça Eleitoral	84,10%
5	Justiça Militar Estadual	87,80%
6	Justiça Estadual	89,00%
7	Justiça Federal	89,80%
8	Justiça do Trabalho	93,50%
9		
10	Maior percentual	93,50%
11	Menor percentual	83,80%
12	Média dos percentuais	88,21%

(Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoaes/pj-justica-em-numeros>)

Para a apresentação dos valores das células B10, B11 e B12 foram digitadas, correta e respectivamente, as fórmulas:

- (A) =MAIOR (B2 : B8) =MENOR (B2 : B8) =MÉDIA (B2 : B8)
 - (B) =MAIOR (B2 : B8 ; 1) =MENOR (B2 : B8 ; 1) =MÉDIA (B2 : B8)
 - (C) =MAIOR (B2 : B8 ; 0) =MENOR (B2 : B8 ; 0) =MED (B2 : B8 ; 7)
 - (D) =MAIORVAL (B2 : B8) =MENORVAL (B2 : B8) =MÉDIAVAL (B2 : B8)
 - (E) =MÁXIMO (B2 : B8 ; 1) =MÍNIMO (B2 : B8 ; 1) =MED (B2 : B8)
15. *Smartphones, tablets, ultrabooks* etc impulsionaram o uso de redes móveis e o conceito de BYOD – *Bring Your Own Device* no meio corporativo. Neste cenário, é correto afirmar que
- (A) com a disponibilidade de tecnologias VPN (rede pública construída sobre uma rede privada) para dispositivos móveis, o meio corporativo passou a aceitar que acessar ferramentas de trabalho pelo dispositivo mais confortável para o funcionário pode trazer aumento de produtividade.
 - (B) ao invés do *client-server* passa-se a ter *client-cloud* – o cliente utiliza as funcionalidades nativas dos sistemas operacionais para *desktop* como iOS e Android com esquemas de segurança e criptografia, integrando outras ferramentas nativas dos dispositivos.
 - (C) novos *apps* estão explorando o uso da câmera e do GPS e para isso há um componente importante na arquitetura das novas aplicações corporativas: o *Firmwhere*, que é uma camada de *software* entre a aplicação e o sistema operacional, que facilita o seu desenvolvimento.
 - (D) utilizar *apps* que permitem o trabalho *offline* e, quando a rede fica disponível, promovem a sincronização dos dados com a nuvem, é uma característica que as aplicações corporativas podem ter para evitar paradas no trabalho caso a rede não esteja disponível.
 - (E) aplicativos como *digital vallets* (carteiras digitais) permitem compras seguras através do dispositivo móvel e todos os bancos já oferecem um *app* para celulares que utiliza o *bluetooth* para ler o *QR Code* (código de barras) e pagar uma conta.

**Noções de Direito Administrativo**

16. João é servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 20^a Região e foi cedido para o Estado de Sergipe, a fim de exercer cargo em comissão no Tribunal de Justiça do Estado. Magda é servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 20^a Região e foi cedida para autarquia federal, também para exercer cargo em comissão. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o ônus da remuneração será do
- (A) Tribunal de Justiça no caso de João e do Tribunal Regional do Trabalho da 20^a Região no caso de Magda.
 - (B) Tribunal de Justiça no caso de João e da autarquia federal no caso de Magda.
 - (C) Tribunal Regional do Trabalho da 20^a Região em ambos os casos.
 - (D) Tribunal Regional do Trabalho da 20^a Região no caso de João e da autarquia federal no caso de Magda.
 - (E) cessionário e do cedente em ambos os casos, ou seja, os entes repartirão as despesas com a remuneração dos servidores.
-
17. Marília, servidora pública federal, foi processada e condenada por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública. Isto porque, deixou de prestar contas quando estava obrigada a fazê-lo. Cumpre salientar que o ato praticado por Marília não causou lesão aos cofres públicos, nem enriquecimento ilícito à citada servidora. Logo após a prolação da sentença, Marília veio a falecer, deixando uma única filha, Catarina. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, Catarina
- (A) está sujeita às cominações da Lei de Improbidade até o limite do valor da herança.
 - (B) está sujeita às cominações da Lei de Improbidade até o limite de 50% do valor da herança.
 - (C) não está sujeita a qualquer cominação da Lei de Improbidade.
 - (D) está sujeita a todas as cominações da Lei de Improbidade que tenham sido impostas a Marília, sem qualquer limitação de valor.
 - (E) está sujeita às cominações da Lei de Improbidade até o limite de 20% do valor da herança.
-
18. Marta figura como interessada em determinado processo administrativo de âmbito federal, no entanto, foi proibida de extrair cópia dos autos, bem como de apresentar documentos antes de prolatada a decisão. A propósito dos fatos e nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) estão corretas as proibições em ambas as hipóteses, pois apesar de inexistir previsão legal acerca dos temas, trata-se do poder discricionário da autoridade administrativa visando resguardar o interesse público.
 - (B) está incorreta a proibição apenas na segunda hipótese, pois tem direito de acesso aos autos, porém a autoridade poderá restringir cópias em algumas situações.
 - (C) estão corretas as proibições em ambas as hipóteses, haja vista previsão legal expressa nesse sentido.
 - (D) está incorreta a proibição apenas na primeira hipótese, pois a autoridade poderá restringir o momento da apresentação de documentos, condicionando-os a momento oportuno, como, por exemplo, após a decisão.
 - (E) estão incorretas as proibições em ambas as hipóteses.
-
19. A União Federal, visando a construção de importante obra pública, abriu procedimento licitatório, na modalidade concorrência, sendo o valor da contratação estimado em um milhão e setecentos mil reais. Após a publicação do edital, procedeu-se à fase de abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das cinco empresas concorrentes para a devida apreciação. As cinco empresas foram inabilitadas e não interpueram recurso, razão pela qual houve a devolução dos envelopes fechados às empresas, contendo as respectivas propostas. Em razão do fracasso da concorrência e pretendendo a União tomar as medidas necessárias para a contratação pretendida, uma nova licitação é
- (A) dispensável.
 - (B) obrigatória na modalidade concorrência.
 - (C) inexigível.
 - (D) obrigatória na modalidade convite.
 - (E) obrigatória na modalidade tomada de preços.
-
20. Considere a seguinte situação hipotética: o Ministro de Estado da Educação, em situação emergencial, praticou ato administrativo de competência do Ministro do Planejamento. Nesse caso, a convalidação
- (A) não é possível, em razão do vício de objeto.
 - (B) é possível, pois o vício de objeto narrado comporta convalidação.
 - (C) é possível, por se tratar de vício de forma.
 - (D) não é possível, em razão do vício de competência narrado.
 - (E) é possível, independentemente do vício, se ocorrer com efeitos *ex tunc*.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

Atenção: Considere o balanço patrimonial abaixo para responder às questões de números 21 e 22.

Balanço Patrimonial

Ativo	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido	2015	2014
Circulante	89.000,00	48.924,00	Circulante	68.600,00	27.440,00
Disponibilidades	23.000,00	11.500,00	Fornecedores	12.000,00	4.740,00
Contas a Receber	27.000,00	26.500,00	Contas a Pagar	12.000,00	4.000,00
Títulos a Receber	16.000,00	2.000,00	Dividendos	11.000,00	5.500,00
Estoques	15.000,00	5.000,00	Tributos a Pagar	12.000,00	6.000,00
Despesas Antecipadas	8.000,00	3.924,00	Empréstimos	21.600,00	7.200,00
Não Circulante	104.764,00	130.728,00	Não Circulante	46.164,00	92.328,00
Realizável a Longo Prazo	65.264,00	111.628,00	Financiamentos	46.164,00	92.328,00
Investimento	9.316,80	9.316,80			
Imobilizado	12.683,20	5.183,20	Patrimônio Líquido	79.000,00	59.884,00
Intangível	17.500,00	4.600,00	Capital Social	60.000,00	40.000,00
			Reserva de Lucros	19.000,00	19.884,00
Total do Ativo	193.764,00	179.652,00	Total do Passivo	193.764,00	179.652,00

21. Com base no Balanço Patrimonial pode-se afirmar que o

- (A) patrimônio líquido evoluiu 41,92%, em 2015.
- (B) índice de imobilizações do patrimônio líquido é de 2,18, em 2014.
- (C) capital de terceiros representa 150% do capital próprio, em 2014.
- (D) índice de liquidez corrente é de 1,78 em 2015.
- (E) índice de liquidez geral é de 1,34 em 2014.

22. O índice de liquidez seca em 2014 foi de

- (A) 1,08
- (B) 1,34
- (C) 1,48
- (D) 1,60
- (E) 1,78

23. A empresa Capital S.A. obteve lucros no exercício de 2016. Antes de realizar qualquer participação deve

- (A) somar os lucros acumulados e distribuir até o montante do capital social.
- (B) compensar as reservas de lucros a realizar e os dividendos propostos.
- (C) reduzir as reservas para contingências e distribuir os dividendos mínimos.
- (D) calcular a reserva legal e o dividendo mínimo.
- (E) deduzir os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

24. Considere as assertivas abaixo.

- I. A característica qualitativa confiabilidade foi redenominada de representação fidedigna na estrutura conceitual vigente.
- II. A característica essência sobre a forma foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna na norma estrutura conceitual vigente, por ser considerado isso uma redundância. A representação pela forma legal que difira da substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as bases para conclusões. Assim, essência sobre a forma continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB.
- III. A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna na estrutura conceitual vigente, por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.



25. Em relação à Demonstração do Resultado Abrigente – DRA pode-se afirmar que:
- I. A legislação societária desobriga a apresentação desta demonstração para todas as sociedades por ações, que na data do balanço possuam Patrimônio Líquido em valor superior a dois milhões de reais.
 - II. Conforme o disposto na Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, deve ter seus itens integralmente evidenciados e especificados nas Notas Explicativas, se a entidade for uma companhia fechada.
 - III. A legislação societária brasileira vigente exige que essa demonstração seja incluída como item específico na Demonstração do Resultado do Exercício logo após a apuração do Resultado das operações correntes.
- Está INCORRETO o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

26. Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto, correspondem a ajustes do resultado líquido apurado no período:
- (A) a Depreciação do Período e os Resultados de Equivalência Patrimonial.
 - (B) os Passivos Convertidos em Aumento de Capital e Ganhos/Perdas com a Venda de Imobilizado.
 - (C) as Perdas com Clientes e os Adiantamentos de Clientes Ocorridos no Período.
 - (D) a Reversão de PCLD e o Resultado de Equivalência Patrimonial.
 - (E) a Amortização de Intangíveis e a Aquisição de Propriedades para Investimentos.

27. Em 30/12/20x1, a Cia Endividada contrata um empréstimo de U\$ 3 milhões, nas seguintes condições: prazo total de 60 meses, juros de 1% ao mês, com carência de principal e juros de 2 anos e pagamento em 3 parcelas anuais de principal e juros, após o período de carência pagos no primeiro dia útil do período seguinte. Nessas condições a empresa deverá
- (A) registrar como Despesa Financeira os juros incidentes sobre o contrato a partir de 30/12/20x3 logo após a extinção do período de carência dos juros.
 - (B) somente atualizar o saldo devedor e iniciar o registro da variação cambial do contrato por ocasião do efetivo pagamento do principal e dos juros.
 - (C) reconhecer a variação cambial do valor do principal como encargos a apropriar no período de carência.
 - (D) identificar e registrar a variação cambial incidente sobre os valores da operação apropriando mensalmente os juros contratuais mesmo quando não pagos.
 - (E) no período de carência de juros, registrar em conta devedora de juros a apropriar o valor mensal desses encargos.

Contabilidade Pública

28. Determinada sociedade de economia mista recebeu, no exercício de 2015, do ente controlador recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas de pessoal e de custeio em geral, no valor de R\$ 37.500.000,00. Considerando a destinação dos recursos transferidos pelo ente controlador, é correto afirmar que trata-se de uma empresa estatal
- (A) dependente e está sujeita apenas as regras da contabilidade privada.
 - (B) independente e está sujeita as regras da contabilidade orçamentária e patrimonial.
 - (C) dependente, mas não está sujeita as regras de contabilidade aplicada ao setor público.
 - (D) independente cujos recursos financeiros repassados pelo controlador contribui para evitar prejuízos na empresa.
 - (E) dependente e está sujeita as regras da contabilidade privada e da contabilidade aplicada ao setor público.
29. O Departamento de Contabilidade de um órgão público federal emitiu no mês de novembro de 2016, nota de empenho no valor de R\$ 170.000,00, destinada à aquisição de dois veículos novos. Os veículos foram entregues em dezembro de 2016 e o pagamento será efetuado no mês de fevereiro de 2017. Com relação aos demonstrativos contábeis do exercício de 2016, é correto afirmar que os veículos adquiridos serão evidenciados no
- (A) Balanço Orçamentário no grupo de restos a pagar.
 - (B) Balanço Patrimonial no ativo não circulante.
 - (C) Balanço Financeiro no grupo despesas de capital.
 - (D) Balanço Orçamentário no ativo imobilizado.
 - (E) Demonstrativo das Variações Patrimoniais no grupo de despesas Investimentos.



30. No setor público, classificam-se, respectivamente, como receitas orçamentárias e extraorçamentárias (ingressos extraorçamentários), as transações referentes a
- (A) consignações em folha de pagamento e os depósitos em caução para execução de obras públicas.
- (B) arrecadação de impostos e a arrecadação de receita de multas e juros não previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA.
- (C) alienações de bens imóveis e os recebimentos de créditos inscritos em dívida ativa.
- (D) amortização de empréstimos concedidos e a contratação de operações créditos por antecipação da receita orçamentária.
- (E) rendimentos de aplicações financeiras e os ganhos com alienação de bens do ativo imobilizado.

Atenção: Para responder às questões de números 31 a 34, considere as seguintes informações:

Balanco Patrimonial de 31.12.2014

Ativo	Valor	Passivo	Valor
Circulante	850	Circulante	430
Não Circulante	1.300	Não Circulante	270
		Patrimônio Líquido	1.450
Total do Ativo	2.150	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.150

Durante o exercício de 2015, a entidade realizou as seguintes transações:

– arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	280
– empenho de despesa com a folha de pagamento.....	150
– pagamento de restos a pagar (fornecedores) do exercício de 2014.....	30
– recebimento em doação de duas ambulâncias para os hospitais públicos.....	90
– uso de material de consumo.....	80
– arrecadação de juros e multas sobre tributos.....	40
– empenho de despesa com obrigações patronais.....	60
– abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de receitas.....	30
– empenho de despesa de serviços de manutenção de bens imóveis.....	70
– arrecadação referente a concessão e permissão de serviços públicos.....	80
– empenho de despesa com passagem área.....	30
– arrecadação referente a rendimentos de aplicações financeiras.....	90
– empenho de despesa referente a juros sobre a dívida de longo prazo.....	50
– arrecadação de aluguéis.....	60
– empenho de despesa com aquisição de material de almoxarifado.....	110
– arrecadação referente a operações de crédito, com vencimento em julho de 2017.....	120
– empenho de despesa com amortização da dívida de longo prazo.....	40

- Nota:** – todas as despesas empenhadas no exercício de 2015 foram liquidadas no próprio exercício. Do total das despesas liquidadas no exercício de 2015 foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 70;
- Os materiais de almoxarifados adquiridos tem previsão de consumo até o final do primeiro semestre do exercício seguinte (2016).

31. No Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante totaliza

- (A) 1.080
- (B) 960
- (C) 970
- (D) 1.150
- (E) 1.110

32. As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2015 somam

- (A) 550
- (B) 600
- (C) 640
- (D) 760
- (E) 750

33. O patrimônio líquido do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 foi de

- (A) 1.770
- (B) 1.700
- (C) 1.650
- (D) 1.620
- (E) 1.530



34. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015, os ingressos referentes aos fluxos de caixa das atividades de financiamento, foi de
- (A) 90
 - (B) 120
 - (C) 80
 - (D) 150
 - (E) 210

35. Ao final do exercício de 2015, o balancete do subsistema orçamentário de determinado ente da federação evidenciava as seguintes contas e respectivos saldos contábeis, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público abaixo.

Código da Classe	Contas	Valor
521.10.00.00	Previsão Inicial da Receita	9.850.000
622.13.04.00	Crédito Empenhado Pago	8.500.000
622.11.00.00	Crédito Disponível	650.000
621.20.00.00	Receita Realizada	13.550.000
622.13.03.00	Crédito Liquidado Empenhado a Pagar	550.000
622.13.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	150.000
621.10.00.00	Receita a Realizar	3.700.000
522.11.00.00	Dotação Orçamentária/Crédito Adicional	9.850.000

Considerando os saldos apresentados, é correto afirmar que no Balanço Orçamentário do exercício de 2015, o resultado da execução orçamentária apresentou um superávit de

- (A) 3.800.000
 - (B) 4.350.000
 - (C) 3.850.000
 - (D) 1.350.000
 - (E) 3.050.000
36. A Despesa Líquida com Pessoal, no valor de R\$ 578.580.000 do período de janeiro a dezembro de 2015 de determinado órgão federal, está de acordo com o limite máximo permitido. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000:
- (A) Serão contabilizados como "Locação de Mão de Obra" os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.
 - (B) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.
 - (C) Na verificação do atendimento dos limites definidos, não será computada a despesa relativa a incentivo à demissão voluntária.
 - (D) A verificação do cumprimento dos limites será realizada ao final de cada bimestre.
 - (E) O limite prudencial corresponde a 75% sobre o limite máximo.

Noções de Auditoria Governamental

37. No âmbito do setor público federal, o Sistema de Controle Interno utiliza técnicas de trabalho para consecução de suas finalidades. São técnicas de controle, segundo a Instrução Normativa nº 01/2001-SFCI:
- (A) auditoria e inspeção.
 - (B) avaliação da gestão e emissão do relatório.
 - (C) análise da prestação e da tomada de contas.
 - (D) auditoria e fiscalização.
 - (E) apreciação e julgamento das contas anuais.



38. A prestação de contas dos gestores públicos deve conter elementos e demonstrativos que evidenciem a regular aplicação dos recursos públicos. Estão sujeitos à apresentação de relatório de gestão e à constituição de processo de contas, segundo a Instrução Normativa – TCU nº 63/2010
- (A) as empresas encampadas, sob intervenção federal, estadual ou municipal, ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do ente da federação.
 - (B) os programas de governo constantes das Diretrizes Orçamentárias previstas no inciso II do art. 165 da Constituição Federal.
 - (C) as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União, os Estados ou Municípios venham a participar, de forma direta ou indireta, nos termos do respectivo tratado constitutivo.
 - (D) as empresas contratadas pela administração pública federal para execução de obras e serviços públicos.
 - (E) os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, incluídas as fundações e empresas estatais, bem como suas unidades internas.
-
39. No que tange ao controle externo, no âmbito federal, é correto afirmar que as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público serão
- (A) submetidas ao Congresso Nacional para julgamento.
 - (B) julgadas pelo Tribunal de Contas da União.
 - (C) apreciadas, mediante parecer prévio, pelo Tribunal de Contas da União.
 - (D) encaminhadas pelo controle interno ao Tribunal de Contas da União para apreciação.
 - (E) julgadas pela Controladoria Geral da União.
-
40. No mês de outubro de 2016, determinada entidade do setor público obteve receitas orçamentárias com a alienação de imóveis, no valor de R\$ 90.500.000,00. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos devem ser destacados
- (A) na demonstração das variações patrimoniais.
 - (B) no balanço patrimonial.
 - (C) no balanço orçamentário.
 - (D) no balanço financeiro.
 - (E) na demonstração das receitas e despesas de capital realizadas.
-
41. Contratado para realizar a auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2015, da Companhia de Limpeza Urbana e Higienização, o auditor independente deve expressar uma opinião não modificada quando
- (A) tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
 - (B) concluir com base em evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes.
 - (C) tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.
 - (D) concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (E) não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.
-

Contabilidade Tributária

42. É da União a competência para instituir o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. De acordo com as regras que disciplinam as limitações do poder de tributar, insculpidas na Constituição Federal, a exigência, aumento e cobrança deste imposto estão sujeitos à observância de vários princípios, dentre os quais se encontram os da
- (A) anterioridade, legalidade e irretroatividade.
 - (B) anterioridade nonagesimal (noventena), legalidade e rentabilidade tributável.
 - (C) legalidade, rentabilidade tributável e alcance tributável.
 - (D) anterioridade, anterioridade nonagesimal (noventena) e irretroatividade.
 - (E) alcance tributável, anterioridade nonagesimal (noventena) e irretroatividade.



43. De acordo com a Constituição Federal, o diploma legal que, entre outras coisas, compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que dispõe sobre as alterações na legislação tributária e que estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento é
- (A) a Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (B) a Lei que institui o Plano Plurianual.
 - (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) o Código Tributário Nacional.
 - (E) a Lei Orçamentária Anual.
-
44. O texto constitucional federal estabelece, textualmente, que *a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*. De acordo com a Constituição Federal, compete
- (A) à sociedade, em geral, nos termos de emenda constitucional, organizar a seguridade social, com base em vários objetivos, dentre os quais se encontra o da universalidade da cobertura e da parcialidade do atendimento.
 - (B) ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em vários objetivos, dentre os quais se encontra o da diversidade da base de financiamento.
 - (C) ao Gabinete da Presidência da República, nos termos de decreto presidencial, organizar a seguridade social, com base em vários objetivos, dentre os quais se encontra o da irredutibilidade dos salários sobre os quais incidem as contribuições previdenciárias.
 - (D) ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais de Saúde, nos termos de decretos federal e estaduais, organizar a seguridade social, com base em um único objetivo, que é o da equidade na forma de participação no custeio.
 - (E) ao Ministério da Justiça, nos termos de instruções e portarias de sua autoria, organizar a seguridade social, com base em vários objetivos, dentre os quais se encontra o da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços prestados aos usuários do sistema, sejam eles brasileiros natos, naturalizados ou mesmo estrangeiros.
-
45. De acordo com a Constituição Federal, a previdência social será organizada
- (A) sob a forma de regime essencialmente privado e atenderá, nos termos fixados em decreto legislativo, a proteção à maternidade, especialmente à gestante.
 - (B) sob a forma de regime especial, de caráter não contributivo e de filiação facultativa.
 - (C) sob a forma de regime semitributário e atenderá, nos termos fixados em decreto legislativo, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário ou não.
 - (D) com a observância, de critérios que preservem o equilíbrio entre os gêneros, a modicidade da contribuição e a autonomia da vontade individual.
 - (E) sob a forma de regime geral e atenderá, nos termos de lei, a cobertura dos eventos de doença e idade avançada.
-
46. De acordo com o Código Tributário Nacional, a exação cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, denomina-se
- (A) empréstimo compulsório, quando sua ocorrência for eventual.
 - (B) imposto, tanto quando a competência for da União, como quando for dos Estados ou dos Municípios.
 - (C) expectativa de benefício, decorrente de pagamento de contribuição social.
 - (D) taxa, pelo uso potencial de serviço público específico e divisível.
 - (E) preço público, por serviço a ser prestado em exercício futuro.
-
47. A Instrução Normativa – IN – RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em seu art. 1º, estabelece que *“A retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública (...) e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços, ...”* obedecerá ao disposto naquela Instrução.
- Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda – IR, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme o disposto na referida IN,
- (A) os órgãos da administração pública federal, exceto as autarquias, sendo que tais retenções, todavia, não se aplicam aos pagamentos efetuados a conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.
 - (B) as sociedades de economia mista, sendo que essas verbas serão retidas, inclusive, nos pagamentos efetuados a título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.
 - (C) as fundações federais, estaduais e municipais, sendo que essas verbas serão retidas, inclusive, nos pagamentos efetuados a título de Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, cobrada nas faturas de consumo de energia elétrica emitidas por distribuidoras de energia elétrica, com base em convênios firmados com os Municípios ou com o Distrito Federal.
 - (D) as empresas públicas, mas essas verbas não serão retidas nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas.
 - (E) as sociedades de economia mista, sendo que essas verbas serão retidas, inclusive, nos pagamentos efetuados a título de prestações relativas à aquisição de bem financiado por instituição financeira.



48. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, a escrituração das contas públicas, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública deverá também observar as seguintes normas:
- (A) as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.
 - (B) nos casos de guerra, ou de sua iminência, bem como de grave convulsão social, as operações de crédito poderão deixar de ser escrituradas, para não evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período.
 - (C) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo mesmo regime.
 - (D) mediante previsão expressa em resolução do Senado Federal, e desde que limitada a dois exercícios consecutivos ou a três intercalados, em um período de cinco exercícios, a demonstração das variações patrimoniais poderá deixar de dar destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.
 - (E) as receitas e despesas previdenciárias poderão, nos termos de lei específica, ser apresentadas, temporariamente, em demonstrativos financeiros e orçamentários gerais e genéricos.

Administração Orçamentária e Financeira

49. O orçamento público, um dos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal, deve atender as regras básicas dos princípios orçamentários, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle. Quanto aos princípios orçamentários, é certo afirmar:
- (A) A não afetação das receitas – veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto para reajuste de servidores e pagamento da dívida pública.
 - (B) O orçamento bruto – preconiza o registro das receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual – LOA pelo valor total e bruto, permitindo apenas as deduções de receitas pertencentes a outras entidades públicas.
 - (C) A *exclusividade* – estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias – ARO, nos termos da lei.
 - (D) A anualidade ou periodicidade – apregoa que a previsão das receitas e a fixação das despesas deve referir a um período de tempo que corresponda, pelo menos, um exercício financeiro.
 - (E) A universalidade – determina que nos orçamentos dos entes públicos a despesa fixada não pode ser superior a receita prevista.
50. Para o exercício de 2016, determinado ente público estimou as receitas e fixou as despesas, no valor de R\$ 8.648.788.500. Com relação à Lei Orçamentária Anual é correto afirmar:
- (A) É vedado consignar crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, exceto para as despesas de caráter continuado.
 - (B) O envio do projeto de lei ao Congresso Nacional é de competência do Presidente da República, apenas, para o orçamento do Poder Executivo.
 - (C) É permitida, nos casos de despesas imprevistas, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
 - (D) Compreenderá, o anexo de metas fiscais elaborado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - (E) As receitas orçamentárias pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro e, via de regra, estão previstas na LOA.

51. No mês de outubro de 2016, determinado ente público empenhou despesas no valor de R\$ 648.550.000. Deste total aproximadamente 10%, referem-se a despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Considerando a classificação funcional das despesas, segundo a Portaria nº 42/1999-MOG, estas despesas referem-se a ação denominada de
- (A) transferências financeiras.
 - (B) operação especial.
 - (C) atividade.
 - (D) transferências voluntárias.
 - (E) projeto.



Atenção: Para responder as questões de números 52 a 55, considere as seguintes informações:

Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2017 de determinado ente da federação, foi definido que seriam previstas e fixadas, respectivamente, as seguintes receitas e despesas orçamentárias.

Receitas Orçamentárias

– Indenizações Causadas por Danos ao Patrimônio Público.....	1.200
– Contratação de Empréstimos de Longo Prazo	2.300
– Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda	6.400
– Alienação de dois imóveis	1.650
– Imposto Sobre a Produção e a Circulação	4.800
– Transferências da União para construção de dois hospitais públicos	700
– Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.100
– Contribuições Sociais.....	1.200
– Multas e Juros de Mora dos Tributos.....	400
– Aluguéis de Imóveis Urbanos de Propriedade do ente federado	1.400
– Remuneração de Depósitos Bancários	800
– Receita da Dívida Ativa – Impostos	3.900
– Amortização de Empréstimos.....	900
– Concessões e Permissões – Direitos de Uso de Bens Públicos	2.400
– Participação na Receita da União	3.900

Despesas Orçamentárias

– Aquisição de um terreno destinado a construção de escola pública	2.200
– Vencimentos e Vantagens Fixas	13.500
– Aquisição de Livros Didáticos para Distribuição Gratuita	4.200
– Amortização de empréstimos de longo prazo	3.300
– Contribuições para Instituto de Previdência.....	1.450
– Juros sobre a Dívida por Contrato	1.800
– Aquisição de Material de Construção para Reparos em Imóveis	2.700
– Serviços de Limpeza e Higiene	2.600
– Aquisição de dois imóveis usados (bens de capital já em utilização).....	1.300

52. O montante das receitas de capital soma

- (A) 5.550
- (B) 6.750
- (C) 4.650
- (D) 6.850
- (E) 7.950

53. As receitas patrimoniais totalizam

- (A) 3.800
- (B) 3.200
- (C) 6.250
- (D) 5.300
- (E) 4.600

54. O total das despesas de Capital soma

- (A) 8.050
- (B) 11.000
- (C) 9.500
- (D) 6.800
- (E) 8.600

55. A proposta orçamentária apresenta

- (A) déficit do orçamento corrente de R\$ 1.150
- (B) superávit do orçamento de capital de R\$ 1.000
- (C) superávit do orçamento corrente de R\$ 1.250
- (D) déficit do orçamento de capital R\$ 1.000
- (E) superávit do orçamento corrente R\$ 2.900



56. As metas anuais relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes serão estabelecidas no
- (A) relatório resumido da execução orçamentária publicado ao final de cada bimestre.
 - (B) demonstrativo de investimentos e do equilíbrio fiscal que integrará o projeto de lei do plano plurianual.
 - (C) demonstrativo do equilíbrio orçamentário e financeiro que integrará o projeto de lei dos orçamentos fiscal e de seguridade social.
 - (D) demonstrativo da receita corrente líquida que integrará o projeto de lei orçamentária anual.
 - (E) anexo de metas fiscais que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentária.
57. As despesas com serviços realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2015 com a manutenção dos elevadores instalados no prédio central de determinado órgão público, embora o orçamento respectivo consignasse crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, não foram empenhadas no respectivo exercício. Na execução orçamentária do exercício de 2016, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, as despesas serão empenhadas no elemento de despesa denominado de
- (A) indenizações e restituições.
 - (B) despesas de exercícios anteriores.
 - (C) locação de mão de obra.
 - (D) obrigações de exercícios anteriores.
 - (E) ressarcimentos de exercícios anteriores.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

58. Analise as assertivas abaixo.
- I. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
 - II. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.
 - III. informações em braille em todas as placas e sinais de identificação nas áreas de atendimento ao público.
 - IV. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.
- Estão previstas, expressamente no Decreto nº 5.294/2004, como medidas de tratamento diferenciado para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, o que consta em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, III e IV, apenas.

59. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê expressamente
- (A) a competência exclusiva do Município de cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência.
 - (B) a reserva de, no mínimo, 5% das vagas de concursos públicos para pessoas com deficiência.
 - (C) a garantia de um salário mínimo de benefício a todas as pessoas com deficiência.
 - (D) a possibilidade de discriminação no tocante a salários e critérios de admissão de trabalhador com deficiência.
 - (E) que a lei deverá reservar percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência.

60. Em uma repartição pública, existem diversas pessoas aguardando por atendimento, dentre as quais se encontram as seguintes pessoas: uma pessoa com deficiência física (cadeirante), um jovem de 18 anos com o braço imobilizado temporariamente em razão de fratura no dedo indicador, uma pessoa com deficiência mental, um adolescente de 16 anos, uma mulher com 55 anos, uma mulher grávida com 30 anos, uma mulher com criança de colo, uma pessoa com doença grave, um homem obeso de 25 anos, uma mulher que deixou o seu filho de apenas 2 meses em casa e um homem com 60 anos. De acordo com a Lei nº 10.048/2000, têm direito ao atendimento prioritário
- (A) todas as pessoas mencionadas no exemplo acima, com exceção do jovem de 18 anos com o braço imobilizado temporariamente em razão de fratura no dedo indicador e o homem obeso de 25 anos, pois são as únicas que não apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (B) todas as pessoas mencionadas no exemplo acima, pois as características descritivas de todas elas permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (C) apenas a pessoa com deficiência física (cadeirante), a mulher grávida com 30 anos e o homem com 60 anos, pois essas são as únicas pessoas que apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (D) apenas a pessoa com deficiência física (cadeirante), a pessoa com deficiência mental, a mulher grávida com 30 anos, a mulher com criança de colo, o homem obeso de 25 anos, a mulher que deixou o seu filho de apenas 2 meses em casa e o homem com 60 anos, pois estas são as únicas pessoas que apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (E) apenas a pessoa com deficiência física (cadeirante), a mulher grávida com 30 anos, a mulher com criança de colo, a pessoa com doença grave e o homem com 60 anos, pois estas são as únicas pessoas que apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, por questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 11.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc.); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, média igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

QUESTÃO 1

Fundamentado nas normas contábeis vigentes identifique e explique, no mínimo, quatro erros relacionados a conceitos, e/ou princípios, e ou práticas contábeis que não foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras a seguir apresentadas.

Balanco Patrimonial de 2015 e 2014

R\$

Ativo	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido	2015	2014
Circulante	76.000,00	40.924,00	Circulante	73.600,00	30.440,00
Disponibilidades	23.000,00	11.500,00	Fornecedores	12.000,00	4.740,00
Contas a Receber	27.000,00	26.500,00	Financiamentos Concedidos	12.000,00	4.000,00
Duplicatas Descontadas	(13.000,00)	(8.000,00)	Contas a Pagar	5.000,00	3.000,00
Títulos a Receber	16.000,00	2.000,00	Juros s/ Capital Próprio	11.000,00	5.500,00
Estoques	15.000,00	5.000,00	Impostos a Pagar	12.000,00	6.000,00
Despesas Antecipadas	8.000,00	3.924,00	Empréstimos	21.600,00	7.200,00
Não Circulante	192.764,00	181.728,00	Não Circulante	46.164,00	92.328,00
Realizável a Longo Prazo	65.264,00	111.628,00	Debêntures	46.164,00	92.328,00
Investimento	9.316,80	9.316,80			
Imobilizado	21.683,20	5.183,20	Patrimônio Líquido	149.000,00	99.884,00
Intangível	47.500,00	37.600,00	Capital Social	60.000,00	40.000,00
Diferido	49.000,00	18.000,00	Reserva de Lucros	89.000,00	59.884,00
Total do Ativo	268.764,00	222.652,00	Total do Passivo	268.764,00	222.652,00

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	



QUESTÃO 1

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

No dia 31/12/2015, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício de 2015, um equipamento do sistema de vigilância remota de um Tribunal Regional do Trabalho apresentava os seguintes valores:

Custo de Aquisição: R\$ 45.000,00

Depreciação Acumulada: R\$ 20.000,00

Neste mesmo dia, foi constatado que o equipamento sofreu um dano irreversível que impedia o seu funcionamento e a contabilidade do Tribunal Regional do Trabalho, após constatar por meio de fontes internas e externas de informação a impossibilidade de reparo e de venda do equipamento, resolveu realizar o desreconhecimento deste ativo de suas demonstrações contábeis.

Com base nessas informações, RESPONDA:

- O que justifica o desreconhecimento do equipamento das demonstrações contábeis do Tribunal Regional do Trabalho com base na definição de ativo?
- O resultado patrimonial do exercício de 2015 foi alterado? Por quê?
- Identifique o valor dos aumentos ou diminuições que ocorreram nos grupos de contas do Balanço Patrimonial em decorrência do desreconhecimento do ativo.
- O resultado de execução orçamentária do exercício de 2015 foi alterado? Por quê?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	